

## Entrevista com Afonso de Albuquerque

[afonsoalbuquerque@id.uff.br](mailto:afonsoalbuquerque@id.uff.br) | <https://orcid.org/0000-0002-2608-7605>

### O discurso das *fake news* e sua implicação comunicacional na política e na ciência

The fake news discourse and its communicational implication for politics and Science

El discurso de las *fake news* y su implicación comunicacional para la política y la ciencia



Uma das grandes preocupações de Afonso de Albuquerque relacionada à pesquisa é questionar a apropriação de modelos norte-americanos e do ocidente europeu por outros países, principalmente pelo Brasil, para com isso propor modelos alternativos a essa conduta. Em entrevista à Reciis, o pesquisador discute como a incorporação desses modelos estrangeiros impacta a mídia, o jornalismo, a política e os estudos acadêmicos brasileiros. Alguns desses movimentos de apropriação, denominados ‘reformas’, serviram como base para escamotear ações autoritárias entre governos. O professor relaciona esta questão com o fenômeno das *fake news*, que se refere a um discurso de reivindicação de monopólio da verdade em um contexto de deslegitimação das instituições, no qual, cada vez mais, se adotam comportamentos autoritários. Sob a perspectiva da democracia, ao se pensar o discurso das *fake news*, feito pelas agências de *fact checking*, pela mídia e por corporações de pesquisadores, vê-se que ele se soma aos ataques contemporâneos às instituições. Afonso de Albuquerque é professor titular do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense.

**Palavras-chave:** Comunicação, Jornalismo, *Fake news*, Política, Democracia.

**Keywords:** Communication; Journalism; Fake news; Politics; Democracy.

**Palabras clave:** Comunicación; Periodismo; *Fake news*; Política; Democracia.

**Esta entrevista compõe o Dossiê Fake News e Saúde.****Entrevistador:** Roberto Abib.**Fotografia:** Roberto Abib.

**Licença CC BY-NC atribuição não comercial.** Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

**Reciis: Como foi sua trajetória na pesquisa acadêmica e quais são suas preocupações atuais nos estudos da comunicação?**

**Afonso de Albuquerque:** Eu me formei em Ciências Sociais em 1988 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Queria estudar o horário eleitoral gratuito, mas ninguém se interessava por este tema naquela época. Tentei o processo seletivo para a pós-graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), na época era Iuperj<sup>i</sup>. O pensamento daquela época correspondia à frase que ouvi de um professor pelo qual tenho muito apreço: *“lamento, Afonso, mas a televisão não tem nenhuma importância para a política”*. Então, acabei entrando para o campo da comunicação. Fiz mestrado e doutorado na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Tanto no mestrado quanto no doutorado pesquisei o modelo brasileiro de propaganda política na televisão<sup>1,2</sup>. Quando iniciei a pesquisa, imaginava que haveria alguma literatura estrangeira sobre a temática, modelos ou teorias dos quais eu poderia me apropriar e me deparei com a questão: o que se define como propaganda política no Brasil? Na verdade, não se fala em propaganda nos Estados Unidos. O termo *advertising* não correspondia de maneira nenhuma ao que acontecia aqui no Brasil. Assim, o meu mestrado e, principalmente, o doutorado foram esforços no sentido de dar conta da especificidade de um modelo brasileiro e isso acabou sendo um elemento marcante na minha trajetória.

Entre para Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1992. Portanto, há 28 anos. Sou filho de bibliotecários. Minha mãe era bibliotecária do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e isso me deu uma certa prática de frequentar e pesquisar em bibliotecas. No período da pós-graduação, frequentava muito a biblioteca da ECO/UFRJ. Ainda havia poucos periódicos estrangeiros, mas já tinha bons periódicos lá. Nas revistas estrangeiras, eu li e me apaixonei por um texto de Daniel Hallin e Paolo Mancini comparando o jornalismo norte-americano com o italiano de 1982<sup>3</sup>; foi quando fiquei muito interessado em tentar entender o jornalismo brasileiro. Eu não trabalhava com jornalismo na época da pós-graduação e, quando me tornei professor da UFF, comecei a pesquisar sobre este tema, procurando compreender as características específicas do modelo brasileiro de jornalismo.

Minha preocupação maior na pesquisa no campo da comunicação parte da seguinte constatação: nós não produzimos teoria. Na verdade, fora dos Estados Unidos e da Europa, as pessoas importam modelos, e me parece que esses modelos são muito ruins para dar conta da nossa realidade. São modelos que, de

i O Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), sucessor desde 2010 do antigo Iuperj, é um centro de pesquisa e ensino de pós-graduação em Ciência Política e Sociologia de destaque na América Latina. Foi neste instituto que surgiu o primeiro doutorado em Ciência Política do Brasil, com a primeira tese defendida já em 1971.

alguma forma, perdem de vista o nosso contexto e, muito frequentemente, o que a gente faz. Então, procuro problematizar a adaptação desses modelos.

Quando a gente adapta modelos estrangeiros, a gente está sempre se situando em oposição a algo; como se a gente fosse, digamos assim, uma realidade de caráter inferior à do modelo original. Ou seja, teríamos um certo desvio em relação a esse modelo. Exemplificando: tem alguma coisa que existe no Brasil, ou que não existe, que leva o modelo a não funcionar da forma como deveria. Então, basicamente, o meu trabalho atual vai na direção de tentar construir modelos alternativos ao modelo que vigora no ocidente europeu e nos Estados Unidos.

Recentemente escrevi um texto com Thaiane Oliveira, Marcelo Alves dos Santos Jr. e Sofia Albuquerque, no qual analisamos o perfil do corpo editorial dos periódicos que constam no Journal of Citations Reports (JCR)<sup>4</sup> na área de comunicação, e o resultado revelou que, de alguma forma, os modelos dominantes são dominantes não porque são melhores, mas porque existe uma infraestrutura que privilegia determinados lugares de fala e obriga você a construir sua perspectiva a partir desse consenso. O que tenho tentado fazer cada vez mais é apresentar perspectivas alternativas a isso. Publiquei um artigo com o Diógenes Lycarião<sup>5</sup>, o qual se discute a perspectiva do Brics<sup>ii</sup> e os estudos de comunicação. O Brics é formado por países completamente diferentes uns dos outros. Não têm nada em comum entre si, exceto uma agenda correspondente à ideia de reconhecimento. Luta pelo reconhecimento. Os países do Brics demandam um tratamento da economia e da cultura menos focado nos Estados Unidos. Neste sentido, observa-se, hoje, que a China é uma grande potência global, enquanto os Estados Unidos é uma potência que lida com dificuldades. Dessa forma, vejo que hoje nós temos um espaço de barganha. Revistas internacionais começaram a levantar essa bola e eu imagino que um dos melhores lugares para a gente fazer esse tipo de coisa é a América Latina. Por alguma razão, autores latino-americanos conseguem dar voz a esse tipo de discurso com uma certa abrangência global. Então, basicamente, a minha pesquisa atual toda vai nessa direção que busca pensar modelos alternativos fora do ocidente europeu e dos Estados Unidos.

Outro aspecto da minha pesquisa global tem a ver com a crise da democracia e o papel que a mídia desempenha nesse processo. Na visão norte-americana, a imprensa é considerada sempre como parte de um colchão de segurança que impede a dissolução da democracia. Pela perspectiva brasileira, o meu interesse é investigar a relação da democracia com a imprensa e outras instituições que deveriam ser colchão de segurança, como, por exemplo, o Judiciário, como fatores a serem considerados numa suposta crise da democracia.

### **Reciis: Você propõe uma reflexão sobre a apropriação do modelo de jornalismo norte-americano no Brasil. Como isso ocorre, basicamente?**

**Afonso de Albuquerque:** Eu discuto a ideia de adaptação ao invés de adoção<sup>6,7</sup>. Basicamente, essa discussão é feita contra uma ideia existente na história oficial do jornalismo brasileiro: em 1950, o Diário Carioca<sup>iii</sup> adotou a lógica da objetividade e, portanto, chegamos a este lugar maravilhoso em que nós estamos. Bom, o primeiro ponto é que não chegamos a um lugar maravilhoso. Não há uma situação de

ii Brics é um termo utilizado para designar o grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. 'BRICS' é um acrônimo formado pela junção das letras iniciais dos países que formam o grupo. O criador da sigla BRIC, em 2001, é o economista britânico Jim O'Neill, do grupo financeiro Goldman Sachs. Entre os objetivos do grupo estão a sua institucionalização; a criação de um banco de reservas emergenciais para eventuais socorros econômicos; fortalecimento da economia dos países; e estabelecimento de cooperação nas áreas técnica, científica, cultural e acadêmica.

iii Fundado em 17 de julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares, o Diário Carioca foi um dos mais influentes jornais do país. É considerado como um dos responsáveis pela modernização técnica da imprensa brasileira. Introduziu o lead nas matérias, criou o copidesque e lançou o primeiro manual de redação jornalística. Com o surgimento de Brasília, foi o primeiro jornal diário a circular no Distrito Federal.

chegada que nós possamos comemorar em relação ao jornalismo hoje em dia. A minha intenção é construir um espaço para se produzir uma crítica a essa interpretação. Interessam a mim, muito, as diferenças entre o jornalismo brasileiro e o norte-americano, não as semelhanças. Para exemplificar, discuto a reforma da Folha de S. Paulo num trabalho publicado na *Journalism Studies*<sup>8</sup>. Não é sobre a reforma em si, mas sobre o discurso da reforma. O meu argumento é que existem três maneiras de ver a relação entre o jornalismo brasileiro e o norte-americano. A primeira é a da adoção: o modelo norte-americano tem uma perspectiva de centralidade. Do ponto de vista dos Estados Unidos, toda mudança positiva do resto do mundo se dá quando os modelos norte-americanos e as práticas são exportadas ou adotadas. A segunda é a da adaptação, que, no caso da Folha de S. Paulo, ocorre quando o discurso desta empresa se transforma num discurso acadêmico sobre a reforma da Folha de S. Paulo por conta das relações profundamente próximas entre este jornal e a Universidade de São Paulo (USP). Os jornalistas Carlos Eduardo Lins da Silva e José Marques de Melo, por exemplo, estavam nos dois lugares. Assim, produziram como verdade acadêmica o discurso corporativo da Folha, que é o mesmo discurso acadêmico sobre essa empresa jornalística. Nesse discurso, a adaptação tem um papel muito importante porque o princípio a ser adotado é o norte-americano, mas evidencia a realidade brasileira, que não é a mesma que a norte-americana. Toda vez que o discurso da adaptação é identificado, nota-se que ele aparece para escusar a empresa de assumir suas relações trabalhistas. A terceira é a das modernidades múltiplas, da perspectiva de Eisenstadt<sup>9</sup>, em que o discurso constata que o modelo da modernização do ocidente não é único e por conta disso sociedades diferentes devem adotar modelos diferentes.

No trabalho que publiquei na *Journalism Studies*, o que argumento é que a reforma da Folha de S. Paulo teve como objetivo atender razões internas. Aliás, foi uma tentativa de garantir que a administração impusesse seu poder aos jornalistas. O discurso oficial da Folha é: para sermos um jornalismo como o do modelo norte-americano, precisamos usar métodos despóticos. O meu argumento é: quer instalar métodos despóticos e, para isso, você usa o modelo de modernização norte-americano. Cada vez mais estou interessado em dar conta daquilo o que distingue o jornalismo do Brasil, procurando entender o que aproxima o jornalismo brasileiro, por exemplo, do jornalismo da Etiópia. Enfim, de países que compartilham com o Brasil uma posição periférica no sistema internacional.

**Reciis: Você discute dois momentos emblemáticos do jornalismo: o modelo dos anos 1950, quando a figura do jornalista era associada aos artistas e, depois, o dos anos 1980, quando ele se transforma num profissional. Como se constituem esses dois momentos e como se dá a passagem de um para outro?**

**Afonso de Albuquerque:** Eu diria que nós temos dois modelos míticos. O modelo de 1950 é centrado na figura do jornalista. Na minha visão, as pessoas tendem a olhar os anos 1950 como o período do debate da objetividade, mas objetividade, rigorosamente, é uma palavra vazia dentro desse discurso. Naquela época não se tinha nenhuma prática de objetividade nos jornais. A objetividade é um conjunto de práticas textuais em um discurso de constrição: evitam-se os adjetivos; não se usa ponto de exclamação; produz-se uma narrativa com aparência de cientificidade. Isso mostra como a objetividade do jornalismo brasileiro é completamente diferente da objetividade do jornalismo norte-americano porque, no norte-americano, a figura central no jornalismo é o repórter, enquanto no jornalismo brasileiro é o escritor. Por isso o copidesque nos Estados Unidos é uma função banal, de revisar textos. Já no jornalismo brasileiro, é o coração ideológico do jornal em torno do qual os jornalistas produzem a notícia. O jornalismo brasileiro, de alguma forma, tentou se construir como uma profissão de classe média e, portanto, como atividade intelectual e não braçal. Por outro lado, na tradição norte-americana clássica, o repórter é uma pessoa que

tem boas pernas, porque anda o tempo todo, e tem ‘faro’ jornalístico. As metáforas do jornalismo americano não são intelectuais. Aqui, de maneira nenhuma é assim.

Na virada dos anos 1980, a Folha se torna um jornal que produz um dos discursos neoliberais mais completos sobre o que é o jornalismo: o Diário Carioca tinha boas intenções, mas não tinha o elemento crucial que daria sustentabilidade ao tipo de discurso que teria uma posição sólida no mercado. Então, o jornalismo se torna uma atividade de mercado e o jornalista é apenas empregado, não tem nenhuma autonomia. Assim, o objetivo é limitar a autonomia do empregado. A gente vê isso, hoje, como lógica de várias práticas sociais. A diferença é um pouco essa: o discurso do jornalismo dos anos 1950 é um discurso sobre o jornalista. O discurso do jornalismo dos anos 1980 é sobre a organização jornalística.

### **Reciis: A figura do jornalista passa, então, a ficar cada vez menor?**

**Afonso de Albuquerque:** Ela se torna cada vez menor. O *status* do jornalista diminui muito, a não ser, é óbvio, o jornalista-estrela. Originalmente, o jornalismo se refere a um controle transorganizacional porque os jornalistas têm uma ética de trabalho comum, para além da empresa para a qual trabalham, mas esse elemento é anulado pelo discurso da Folha. Nele, os limites do jornalismo se confundem com os da empresa jornalística: isso aparece tanto nos manuais da Folha como no livro do Carlos Eduardo Lins da Silva. O leitor da Folha é retratado como um leitorado, com características semelhantes ao eleitorado. Esses leitores escolhem a Folha e depositam nela um mandato representativo para falar em seu nome. Esse mandato representativo é mais sólido do que o mandato eleitoral, porque é renovado todos os dias. Então, nós temos um tipo de definição que ajuda a construir uma ideia observada hoje, mais ou menos banalizada: de que a imprensa é um ator político crucial.

### **Reciis: Você faz uma discussão sobre as identidades jornalísticas marcadas, principalmente, pelo conceito da objetividade. Como se constrói a subjetividade do jornalista?**

**Afonso de Albuquerque:** Um aspecto que me incomoda na literatura sobre jornalismo é que a maioria é, primeiro, jornalística e depois acadêmica. Essa é a tradição na qual se consolidou a academia brasileira sobre esse assunto. Eu sou frequentemente acusado de não dignificar o jornalismo nas minhas análises. Penso que nenhuma pesquisa dignifica o seu objeto. A pesquisa interroga e questiona o seu objeto. Acho que os jornalistas deveriam fazer críticas a todos os agentes políticos, por exemplo. Essa demanda da dignificação tem múltiplos impactos nessa questão. Primeiro, o conceito de objetividade e os seus relatos nunca foram questionados. A academia nunca teve a preocupação em fazer essa crítica. A diferença entre o discurso do Diário Carioca e o da Folha de S. Paulo é que o primeiro se transformou no discurso oficial da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), se transformou num título de nobreza que permitiu aos jornalistas reivindicarem um certo *status* profissional, garantindo a obrigatoriedade do diploma, por exemplo. Virou um mantra, e em torno desse mantra a pesquisa se organizou.

A palavra objetividade é importante, pois existem práticas associadas a isso. Essas práticas são textuais, muito mais do que práticas de reportagem. Durante muito tempo no curso de Comunicação Social, que era um curso só no qual se lecionava Jornalismo, Publicidade e Cinema, impressionava-me o currículo com disciplinas: Reportagem 1, 2, 3, 4; Redação 1, 2, 3, 4... O espaço de formação ideológica do jornalista, às vezes, se baseia numa pedagogia autoritária. Geralmente, aprende-se que você está errado. “*Não é assim que se faz, você nunca vai ser um jornalista*”. A pedagogia de que alguém tem uma verdade e essa verdade não é argumentada, mas sustentada com base em princípios. O nosso aprendizado sobre a objetividade está muito ligado a isso.

Em segundo lugar, a própria atitude da pesquisa está relacionada à objetividade, à objetividade científica, que defende o distanciamento em relação ao objeto visando a um compromisso ético com a construção de conhecimento. Na área do jornalismo isso é secundarizado em relação ao compromisso profissional. Muitas pessoas que estão aí hoje pensam assim. É como uma matriz do pensamento sobre jornalismo. É difícil encontrar textos que, mais que criticar determinadas coberturas, as questionem: mas que práticas estamos tendo? Que ética nós temos? Que formação estamos dando? Formamos bons jornalistas? Nós estamos preparados para dar conta dos desafios de hoje em dia?

**Reciis:** Num estudo com o Marco Roxo<sup>11</sup>, vocês destacam que o decreto pela exigência do diploma em 1969 foi também uma forma de minimizar a presença de jornalistas comunistas, filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), nas redações, caracterizados inclusive como disciplinados. Hoje, esta questão volta a estar em pauta, mas inclinada à não exigência do diploma. Como você observa essa movimentação, partindo desse estudo que analisa um período histórico do país e o de agora?

**Afonso de Albuquerque:** Nós partimos muito da constatação de que, na literatura, muitos antes da gente falar sobre isso, muita gente falava da presença dos comunistas nas salas de redação. O próprio título não é invenção nossa. Sua referência é o livro *Anábase: a História da Gazeta Mercantil*. Ele se refere a uma afirmação, feita pelo dono do jornal, que os jornalistas comunistas eram preparados, disciplinados e conservadores em relação aos outros. Para se fazer um esforço de modernização de uma prática como o jornalismo, você precisa ter base. E, a rigor, quem tinha base era o Partido Comunista. Era um partido que, no Brasil, diferentemente do partido em outros lugares, não tinha base operária de maneira alguma. Era um partido de classe média muito focada na relação com intelectuais. Era um partido que construía sua base nesse sentido e que, de alguma forma, tinha condições de oferecer mão de obra. Contudo, essas trocas de mão de obra ficavam dentro de determinadas condições. A ideia era mais ou menos a seguinte: eles podiam ser tudo, menos comunistas enquanto eram jornalistas. E eles eram de fato jornalistas. Faziam suas matérias, reportagens e editoriais, espelhando a voz do patrão. Adquiriram *networking*, o que se revelou muito importante durante o regime militar. Era fundamental conhecer uma pessoa que, de alguma forma, estabeleceria uma certa proteção. Então, não apenas se contratavam comunistas, mas davam também autonomia aos comunistas para contratarem pessoas. Na verdade, o Partido Comunista se transformou numa fonte de empregos. Ser comunista, de certa forma, era quase uma vantagem competitiva em relação a outros perfis. Na literatura, as pessoas tendem a caracterizar os comunistas como mais democráticos. Eu diria que boa parte dos jornalistas conservadores, hoje em dia, foram os comunistas daquela época.

A experiência do comunismo no Brasil, em comparação com a de outros países do mundo, pode ser entendida como um atalho de certo setor de classe média para atingir posições que não atingiria de outra forma. Não tem nada a ver com classe trabalhadora. O discurso comunista era um discurso que empoderava setores da classe média contra a oligarquia e permitia aos comunistas terem sucesso porque ofereciam, aos jornais, seu talento pela escrita, durante o trabalho que faziam nas redações.

Enquanto os jornalistas comunistas exerciam o domínio da sala de redação, tudo funcionava bem, mas o jornalismo foi mudando. Jornais fecharam. Os que sobreviveram queriam se transformar em empresas. O modelo de gestão não era propriamente moderno. Então, eles se preocuparam em exercer um controle maior. Dentro dessa lógica de controle tinha a questão do diploma. O diploma vai produzir, então, o efeito contrário ao que se buscava. O efeito que se buscava era: ‘eu tenho um diploma, vou ser como médico, ou advogado’. Pensava-se que haveria uma certa distinção que a formação superior proporcionaria. O que se produziu foi o contrário porque, como o jornalismo passou a ser definido pelo diploma, as pessoas formadas

em Jornalismo são jornalistas. Passou a existir um monte de gente formada e o número de vagas de trabalho não cresceu. Isso aumentou a competição pelas vagas de trabalho, derrubou os salários e produziu um certo tipo de mobilização, isso no contexto dos anos 1980 com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e com o sindicalismo. Nos anos 1970, as redações já começam a odiar os patrões, coisa que não acontecia antes. Nos anos 1960, os comunistas eram mediadores da relação empregado-patrão. Quando ocorre a greve na Folha em 1979, fica evidente que os comunistas não tinham mais controle sobre a sala de redação. Eles foram demitidos e a Folha emplacou um modelo de gestão direta, que é o Projeto Folha. Neste contexto, a exigência do diploma acabou produzindo um efeito contrário ao que se desejava. E tem um segundo efeito contrário, que é o fato de que esse sistema monopoliza a identidade. Os jornalistas não discutem o que eles fazem. Existe alguns lugares onde esses debates são muitos fortes, como no Rio Grande do Sul (RS) e, principalmente, em Santa Catarina (SC), a grande matriz desse discurso, onde foi criado o primeiro curso de Jornalismo. Brasília tem uma característica muito específica que é o fato de o assessor de imprensa dos órgãos públicos ser jornalista; um exemplo do peso que a administração pública tem sobre o jornalismo.

Isso faz com que o debate ético sobre a profissão do jornalismo se quebre, porque os jornalistas passam a desempenhar uma atividade que é incompatível com a ética. Desloca-se o lugar de falar a verdade, para o universal, para um lugar de falar, para um público específico, o interesse da empresa/cliente.

Não tenho formação em jornalismo. Em 2014, fui convidado para ser superintendente de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi uma experiência muito interessante e tem um pouco a ver com essa posição. A UFF praticava um jornalismo centrado na figura do reitor. O reitor diz... o reitor faz... Eu disse: *“eu quero trabalhar com a Universidade. O que a Universidade faz? Quais são as iniciativas? Sua produção científica?”* Foi ótimo. Agora, que a UFF virou ‘universidade da balbúrdia’, um monte de matérias daquela época foi divulgado.

A UFF atendia a tudo que os jornalistas queriam. Três dias depois que assumi, um professor da Universidade levou um tiro e morreu na Lapa. Uma tragédia. Não é uma tragédia institucional, não aconteceu na UFF, mas era um professor de lá. Repórteres ligavam querendo saber onde ele trabalhava. Eu dizia: *“Não. Ele tem direito à sua privacidade, por isso não vou passar a informação sobre o professor”*. Então, começou a mudar a relação com a imprensa e coincidiu com um dos maiores momentos de ataques da imprensa à UFF. Nesse momento, nós tínhamos todo tipo de ataques; por exemplo, as clássicas: *“Reitor da UFF proíbe a venda de cupcake no campus de Gragoatá”*; *“Número de papel higiênico do bloco B, [que é ao lado do que nós estamos,] diminui”*. Uma cobertura negativa *a priori*, e nós passamos a produzir o nosso informativo sobre a universidade. Na época, o Facebook tinha um alcance muito grande, e houve matérias que atingiram várias pessoas, matérias de jornalismo científico. Nós conseguimos encontrar uma política, e foi muito interessante porque trabalhei muito com o pessoal de jornalismo. Desenvolvi uma relação excelente com eles, embora eu não ache que, de fato, isso seja jornalismo. A produção de conteúdo de assessoria de imprensa é muito valiosa e essencial na universidade, mas tem que ser pensada a partir dos seus próprios parâmetros. Por exemplo, nós não ajudamos a imprensa, certamente a imprensa não nos ajuda. Nós ajudamos a nossa universidade. Esse é o nosso papel.

### Reciis: A questão da exigência do diploma. É necessário?

**Afonso de Albuquerque:** Eu acho que a gente tem que entender uma coisa chamada ‘história’ e a história muda a relação social que as pessoas estabelecem umas com as outras. Por conta disso, modelos do passado não funcionam no presente. Veja a primeira questão: o próprio curso de Jornalismo. Em faculdades privadas, o curso de Jornalismo está sob forte ameaça. Várias universidades privadas não têm

mais alunos, porque estão ligados ao *ethos*<sup>iv</sup> do diploma. Tem também a questão da partição dos cursos de Comunicação Social: Jornalismo, Publicidade, Cinema; isso faz com que tenhamos profissionais cuja formação é, de alguma forma, parcial. Aqui na UFF nós temos o curso Estudos de Mídia<sup>v</sup> cuja ideia é que nossos alunos trabalhem em qualquer mercado. Se o mercado muda, nossos alunos mudam junto com o mercado porque aprendem que não existe uma única formação. A formação de hoje, provavelmente, não vai dar conta dos desafios daqui a cinco anos. Mas se você é capaz de entender quais são os desafios, você é capaz, de alguma forma, de mudar.

Quando abrimos o curso, todo mundo dizia que nossos alunos não teriam emprego. Nossos alunos têm, provavelmente, mais empregos do que os alunos das habilitações de Comunicação, e salários melhores, porque são capazes de trabalhar nas áreas intermediárias ou nas áreas que escapam das definições clássicas. Quem trabalha com mídia social é o quê? Jornalista? Publicitário? Relações Públicas? Você não precisa ser jornalista para produzir *podcast*, por exemplo. Aí se cria o curso de Jornalismo. Criam-se muitos cursos de Jornalismo. Em um texto da Zelia Adghirni<sup>13</sup>, encontram-se alguns dados mais ou menos assim: anos 1980 no Brasil, 50 cursos de Jornalismo; nos anos 1990, 60 cursos de Jornalismo; nos anos 2000, 140 cursos de Jornalismo; em 2010, 320 cursos de Jornalismo no país.

Uma outra questão é que ser professor de Jornalismo virou um elemento da carreira do jornalista. Este é o esquema da pirâmide: formam-se jornalistas, eles fazem mestrado em Jornalismo e vão dar aula de Jornalismo. E, cada vez mais, as pessoas entram na academia porque não há mais espaço no restante do mercado de trabalho. Então, são formadas pessoas para formarem outras pessoas em um mercado que não existe mais.

Aí entra o segundo erro: as mudanças na formação do curso de Jornalismo. Em 2010, todos os cursos universitários puderam fazer suas reformas em todas as áreas. Eu acompanhei isso, os cursos se tornaram maiores, principalmente nas universidades que adotam política de ações afirmativas e se popularizam. No entanto, elas têm que colocar as pessoas no mercado de trabalho rapidamente. É para isso que elas servem. Para tentar mudar a condição social das pessoas a fim de torná-las competitivas. Todos os cursos aumentaram. Os que eram de quatro anos viraram de cinco, os que eram de cinco viraram de seis. O número de disciplinas obrigatórias aumenta porque está incutida a ideia de que não se pode concluir a graduação em tal profissão sem saber tal e qual conteúdo. Bobagem. Os conteúdos envelhecem. Mas os cursos foram moldados assim para aumentar o número de vagas em cursos para os professores. Aqui, no curso Estudos de Mídia, construímos a grade da seguinte maneira: no primeiro ano, dez disciplinas obrigatórias, depois, mais nenhuma obrigatória. Todas são optativas e nós oferecemos disciplinas de todos os tipos. Por exemplo, em 2019, ofereci uma disciplina de *podcast* de economia e política internacional da comunicação. No semestre passado, foi uma disciplina sobre seriados. Isso permite que você cumpra um escopo de objetos que são profundamente importantes em comunicação.

### Reciis: Política e mídia é um dos temas recorrentes em suas pesquisas. Como se constituem as aproximações da mídia com a política, partindo do conceito de paralelismo político?

**Afonso de Albuquerque:** Em 2007, começo<sup>14</sup> essa discussão a partir de um texto publicado no livro organizado por Hallin e Mancini. Esta obra foi o primeiro esforço global realizado com modelos comparativos dos sistemas de mídia do Ocidente: Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental. Qualquer coisa que

iv Conjunto de traços e modos de comportamento que conformam o caráter ou a identidade de uma coletividade.

v O curso Estudos de Mídia tem como objetivo principal proporcionar ao aluno fundamentos analíticos sólidos acerca dos meios de comunicação, tendo em vista diferentes aspectos, tais como: a dimensão institucional/organizacional dos meios de comunicação; seu contexto cultural e histórico; as diferentes linguagens midiáticas; os seus fundamentos tecnológicos; problemas de natureza ética relacionados ao modo de inserção dos meios de comunicação na vida social.



abranja essas regiões vira universal. Há uma certa ideia de três modelos. Para os autores, o resto do mundo se aproxima de um modelo mais disfuncional, o do pluralismo polarizado. Contudo, particularmente no caso do Brasil, a ideia de pluralismo polarizado não explica o jornalismo brasileiro. Isso acontece porque a ideia que os europeus consideram como dada é de que a mídia reproduz posições no campo político, mas no caso brasileiro o campo político reproduz posições da mídia. A mídia agenda a política.

O Ocidente é um espaço historicamente muito limitado. O conjunto de experiências fora do Ocidente é riquíssimo. Nós aprendemos a não ver isso. Basicamente, entramos na academia e nos desviamos de tudo aquilo que pertence à nossa sociedade. A bem da verdade, os chineses e russos não são muito diferentes de nós nesse sentido. Hallin e Mancini<sup>15</sup> apresentam diversas variáveis analíticas em sua análise, e uma delas é o paralelismo político. Tratar como variável significa dizer que é universal e que se pode medir de 0 a 1. Zero significa não ter paralelismo político algum e tê-lo na escala máxima<sup>vi</sup>. Qualquer fração está situada nesse universo. Depois disso, escrevi um texto na revista *Media, Culture e Society*<sup>16</sup> e fui convidado também para escrever um verbete sobre paralelismo político na enciclopédia de Oxford<sup>17</sup>.

Qual é a minha grande questão? É tentar dizer o seguinte: “*olha, na verdade o paralelismo político é um acidente histórico*”. É uma coisa que acontece em situações muito particulares. É dizer que existiu na Europa e não existiu da mesma maneira em outras partes do mundo. O que acontece na Europa são eventos, fenômenos locais que ganham dimensão universal porque nós organizamos o meio acadêmico em torno de uma lógica colonial e reproduzimos essa lógica colonial até hoje. Eu diria que os acadêmicos colonizam tremendamente a sua própria sociedade quando fazem isso.

A ideia da minha discussão sobre paralelismo político é dizer: não! Trata-se de um conceito que tem que ser usado de maneira muito rigorosa. Significa que a mídia reproduz, espelha a característica que a organização política tem, e que nunca há um movimento inverso. Então, há um grau de coincidência muito forte para existir e isso tem a ver com dois tipos de elementos: a reprodução e a estabilidade no sistema. Se os atores políticos não têm posições sólidas, mudam o tempo todo, não pode existir paralelismo político da mídia. Há uma diferença entre ter paralelismo político e ter relações com a mídia política. O que ocorre é que as pessoas frequentemente chamam de paralelismo político o que são relações ocasionais. A mídia, hoje, não gosta do Bolsonaro, mas muito menos gosta do Lula. Então, qualquer coisa negativa que for divulgada em relação ao governo, por exemplo, queimadas na Amazônia, a mídia diz “*Lula também queimou a Amazônia*”. Então, essa é a posição da mídia hoje. É muito mais fácil no Brasil dizer que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) reproduz a agenda da mídia do que a mídia reproduz a agenda do PSDB.

### Reciis: Como observa o conceito das *fake news* e suas relações com a política, a economia e a cultura?

**Afonso de Albuquerque:** O primeiro elemento do conceito de *fake news* é que ele é parte de um conjunto de conceitos que brotaram feito cogumelos. Surgiram do nada. O texto mais citado sobre *fake news* é ‘Social media and *fake news* in the 2016 election’<sup>18</sup>, a cada dia ganha duas ou três referências. É um texto de economia. Todos esses textos vêm de economia.

Antes de refletir sobre o conceito de *fake news*, quero entrar no contexto no qual esse conceito surge. Hoje, a academia norte-americana, em particular, é uma câmara de eco de *think-tanks*<sup>vii</sup>. As relações corporativas

vi O entendimento de variável para esses autores corresponde a uma reprodução fiel ao que se define como paralelismo político. Caso não haja a reprodução como se é definido, não há a existência desta prática.

vii Trata-se de “grupos de especialistas de natureza investigativa e reflexiva cuja função é a reflexão intelectual sobre assuntos de política social, estratégia política, economia, assuntos militares, de tecnologia ou de cultura”. (Wikipédia)

impactam de uma maneira tremenda. A área da comunicação surge nos Estados Unidos financiada por fundações. Muitos conceitos são promovidos por fundações, como Rockefeller e outras. A Ford funda várias áreas do pensamento da ciência política norte-americana nos anos 1950 e 1960. Muitos autores da ciência política dos quais se ouve falar hoje entraram na universidade nesse período e entraram porque a fundação Ford dizia: “*vocês ganharam 1 milhão de dólares e vocês colocaram estas dez pessoas aqui dentro*”. E, logo após isso, essas pessoas mudaram o panorama do pensamento político norte-americano. Criaram, por exemplo, um pensamento político norte-americano que define a democracia por meio de referência às instituições políticas em detrimento da referência ao povo. Os brasileiros vão aos Estados Unidos aprender a reproduzir esse modelo que impacta até hoje o país.

Em relação ao jornalismo, é muito interessante pensar nesse debate, no contexto da primeira guerra, a partir de Lippmann<sup>19</sup>. O pensamento de Lippmann é ecoado loucamente. Ele é o verdadeiro autor do conceito de *fake news*. Todo o pensamento de *fake news* vem de Lippmann, pois se baseia numa ideia de verdade absoluta. Não dá para falar em *fake news* sem falar no seu oposto, e é isso o que as pessoas fazem. Se existem *fake news*, há algum tipo de *news que não seja fake*. Isso implica em dar a alguém o poder de definir uma coisa e outra e adotar políticas de contenção. Na verdade, o modelo norte-americano de jornalismo, o modelo de objetividade jornalística, bebe muito dessa vocação tecnocrática que Lippmann estabelece ao apontar que, para que as pessoas possam conhecer o mundo, elas devem ter boas informações. O jornalismo deveria, então, ser um aparato de averiguação dessas informações, tanto que a epígrafe de um dos seus livros é a do mito da caverna, de Platão. Platão que era um autor que se opunha à democracia, porque tinha acesso ao conceito de verdade. Isso se aplica também a Lippmann.

Uma autora extremamente importante dentro desta discussão é Kathleen Hall Jamieson<sup>20</sup>. É a pessoa que ofereceu não apenas o fundamento intelectual, mas ajudou a estruturar a lógica das agências de *fact checking*, que começam dentro da universidade. Existe aí um discurso de verdade produzida, mas quem produz essa verdade? Na medida em que você define o que é verdade, você tem poder.

A emergência do conceito de *fake news* é fortemente ligada às eleições de Donald Trump e a uma mitologia da intervenção russa na eleição norte-americana<sup>viii</sup>, um autor que fala sobre isto é Oliver Boyd-Barrett<sup>21</sup>. Esses acontecimentos têm a ver com o contexto em que o poder de intervenção política dos EUA aumenta imensamente sobre o resto do mundo já que mundo todo passa a se comunicar por mídias sociais originadas naquele país. Assim, cada vez mais abertamente, adota-se a agenda norte-americana, num contexto em que a academia é corporativizada.

*Fake news* é uma definição que a Unesco, por exemplo, não utiliza. Ela trabalha com os termos *disinformation* e *misinformation*. *Misinformation* é informação errada e *disinformation* é a informação propositalmente errada. *Fake news* é um conceito mais popular, fácil de ser entendido. É um conceito que tem pouquíssima densidade teórica. É o mal do nosso tempo.

Nós vivemos num mundo em que a densidade teórica foi secundarizada. A universidade não tem mais a preocupação com um rigor conceitual. Isso passa por uma lógica que é muito marcante na pesquisa internacional, que eu acho muito ruim, que são as pesquisas empíricas. As pessoas comparam e medem coisas sem saber o que estão fazendo. Montam grupos de pesquisas internacionais, fazem pesquisas quantitativas ou qualitativas que, de fato, não deduzem nada e são pouco antenadas com o que está acontecendo no momento. O poder que você tem de difundir essas coisas é muito grande.

Uma das principais empresas que publica dados sobre artigos acadêmicos é a Clarivate Analytics que, junto com o Web of Science Group, atualmente mantido por ela, todo ano atualiza o Journal Citation Reports (JCR). Trata-se de um relatório de citações que fornece uma série de informações e avaliações

viii Em 2016, ocorreu uma série de acusações de interferência russa na eleição presidencial nos Estados Unidos, especificamente no processo de escolha do presidente daquele país.

das revistas acadêmicas consideradas relevantes; isso possibilita escolher em quais delas apresentar um artigo para publicação. Fora isso, há um conjunto de agentes que exerce um papel tremendamente poderoso como *gatekeeper*<sup>ix</sup> da ciência internacional. Esse conjunto de agentes é muito pequeno. Fizemos um estudo em que avaliamos o corpo editorial das revistas que constam no JCR: de seis mil pessoas, 56% são norte-americanos, 75% estão nos países anglófonos principais como Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia; 90% estão no Ocidente. Dentre os seis mil membros desses corpos editoriais, apenas 30 são da China, o país mais populoso da Terra e a segunda maior economia global. O que isso produz? Um sistema de certificação da verdade na academia. Se você quiser ter uma carreira bem-sucedida, você tem que publicar num periódico bem qualificado. Se você quiser publicar num periódico bem qualificado, você tem que ser avaliado por pessoas desses países. Contudo, se usa como a base a instituição em que o pesquisador trabalha e não seu país de origem.

Sou brasileiro e nunca estudei ou trabalhei fora. Minha experiência é 100% no Sul. No estudo que fizemos, foram analisadas as revistas e os artigos internacionais de pessoas desse tipo de formação, o que corresponde a 0,5% do total. As revistas não têm nenhum autor com esse perfil e isso é um grau de controle. Tem a ver com as *fake news* porque tem a ver com a capacidade de definir a verdade.

Todas as universidades, a nossa própria, ficam muito felizes quando melhoram o *ranking*, mas de fato o *ranking* existe para que nós sejamos menos relevantes do que as universidades do centro. É algo medido por critérios anglófonos, espalhados por instituições anglófonas, que privilegiam a anglofonia. Existem alguns países que conseguem se sair muito bem nesses *rankings*. Cingapura, por exemplo, é bem avaliada, mas por quê? Seus pesquisadores são formados praticamente nos EUA. A Universidade do Texas tem um centro de estudos latino-americanos, um centro de formação de jornalistas ligados às fundações norte-americanas. Jornalistas da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) estão associados a isso, por exemplo. Ou seja, você tem um processo de formação de imaginário, de formação de agenda, que teve um impacto gigantesco sobre o nosso passado recente. Para exemplificar: a agenda da corrupção. Como se define a corrupção? Por meio do Banco Mundial. Corrupção é o abuso do cargo público. Nunca a corrupção é alguma coisa evidente. É por isso que as empresas na história brasileira não são punidas. Corrupção é uma maneira de punir cargos públicos e o jornalismo dito investigativo é uma arma dentro desse processo. Ou seja, existe um problema relativo à noção de verdade.

Pensando mais sobre a questão da mídia, tudo aquilo que os ocidentais exigem de liberdade de imprensa para a sua mídia, negam para as mídias de outros países porque elas são *fake news*. Assim, eles criam um sistema no qual você pode violar o princípio de liberdade de expressão em nome do princípio de liberdade de imprensa. É isso que a ideia de *fake news* faz, pois ela estabelece a informação dotada de *status* de verdade.

### Reciis: Como você vê o papel dos jornalistas e das empresas no contexto das *fake news*?

**Afonso de Albuquerque:** O que acontece com as *fake news* é que elas são definidas por um sistema no qual há uma relação entre agências, órgãos da grande imprensa, mídias sociais, o Judiciário, o Departamento do Estado norte-americano e grandes corporações, *think-tanks* e a Abraji. Há todo um conjunto de elementos que cria um discurso de monopólio de verdade. Ministrei uma aula inaugural na PUC-RS e o título era ‘O Ministério Privado da Verdade’. Tratava-se de uma característica da lógica do neoliberalismo sem controle, que se tornou a base do mundo contemporâneo. Tudo agora é rigorosamente apenas o mercado por meio das empresas. As empresas assumem a função do Estado.

ix No contexto aqui abordado, *gatekeeper* é um conceito jornalístico para editor. *Gatekeeper* é aquele que define o que será noticiado de acordo com o valor-notícia, linha editorial e outros critérios.

Em relação às *fake news*, cria-se um negócio chamado de agência *fact checking*. Essas agências não têm epistemologias de fato, são discursos frouxos. Primeiro elemento interessante sobre *fact checking* é que quem deveria fazer são os jornalistas. No contexto em que o jornalismo se transforma numa atividade que não verifica nem checa a informação, surge uma organização corporativa da verdade, as agências de *fact checking*, que produzem narrativas focadas no erro. A grande experiência de *fact checking* é que tudo é *fake* em algum grau.

No final do governo Dilma, diversas afirmações falsas foram veiculadas pela grande imprensa, como a que a empresa Oi havia instalado uma torre de telefonia só para Lula. Isso foi uma mentira que foi massivamente reproduzida pela imprensa e nunca foi checada. No debate sobre as *fake news* não se avalia a imprensa. A discussão sobre as *fake news* enfatiza a avaliação de certos discursos. Por exemplo, tudo que Lula fala pode ser conceituado como *fake news*.

### Reciis: Que relação há entre as *fake news*, a autoridade da grande imprensa e identidade do jornalista?

**Afonso de Albuquerque:** O discurso das *fake news* é um discurso de reivindicação de monopólio da verdade. Por outro lado, ele é um discurso que pode ser capturado por diferentes agentes. É um discurso negativo. As *fake news* surgem como consequência da quebra de autoridade do jornalismo, o que pode ser visto por várias perspectivas. Uma é esta, a de que o jornalismo produz muitas notícias, cada vez mais, com menos controle de qualidade. É o caso de notícias como: “*Caetano Veloso estaciona o carro no Leblon*”, “*Fulano é fotografado no shopping*”. Cada vez menos se evidencia aquele lugar de autoridade dos anos 1950, porque o discurso corporativo da mídia matou o jornalista. Matou aquilo que dava o elemento de distinção para a atividade. Na verdade, a grande questão é que você precisa ter um *ethos* profissional para você sustentar um produto comercial. Agora, quando você quer um produto do qual não se tenha um controle absoluto, ele perde o seu caráter de distinção. Ele é mais rápido e é mal feito.

Segundo aspecto: quando o modelo de jornalismo norte-americano foi exportado, ele passou a servir de base para modelos de jornalismo com conteúdos diferentes. Exemplifico: a Al Jazeera<sup>x</sup> já foi nomeada por Hillary Clinton como uma ameaça aos interesses estratégicos dos EUA. A Al Jazeera é tudo, menos radical. O que a ela não faz é criticar o governo do Catar. Defende as posições do Catar e fala com o público pan-árabe. Ela incorporou o modelo da BBC Ásia e sua linguagem é muito semelhante à linguagem da CNN<sup>xi</sup> e da BBC<sup>xii</sup>. Na verdade, se a gente observar, talvez a Al Jazeera seja muito mais informativa que a CNN. Nas manchetes da CNN, há basicamente um título chamativo, sensacionalista, sobre um fenômeno não concreto. Não é mais notícia. Sobre isso, alguns autores falam de crise epistemológica mais generalizada das instituições de produção do conhecimento, como a ciência. Fizemos um trabalho sobre divulgação científica no qual foi analisado o canal do Youtube do professor Terra Plana.<sup>22</sup>

Ainda assim, na chamada era de ouro da objetividade jornalística na cultura norte-americana, os jornalistas eram basicamente brancos, de classe média, geralmente do nordeste dos EUA e tinham estudado em certas universidades. Portanto, todos chegavam às redações com os mesmos discursos, por exemplo, racistas. Toda vez que a polícia atirava em um negro, tratava-se de um ato de defesa. Isso produzia a noção

x “É a maior emissora de televisão jornalística do Catar e a mais importante rede de televisão do mundo árabe. Sediada em Doha, transmite em língua árabe e em inglês”. (Wikipédia)

xi Cable News Network (em português, Rede de Notícias a Cabo, mais conhecida pela sigla CNN) é um canal a cabo de notícias, norte-americano, fundado em 1980 por Ted Turner. A CNN foi o primeiro canal a transmitir uma programação de notícias 24 horas, e o primeiro canal exclusivamente jornalístico dos Estados Unidos.

xii “British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão), mais conhecida pela sigla BBC, é uma corporação pública de rádio e televisão do Reino Unido fundada em 1922. Possui uma boa reputação nacional e internacional, embora seja vista por alguns críticos como parcial e tendenciosa para o liberalismo e seja assumidamente pró-Londres”. (Wikipédia)

de verdade. A produção de verdade é muito mais ligada à homogeneidade social. Quando você multiplica as origens étnicas, a diversidade sexual ou a diversidade de orientação de gênero, a capacidade de definir consensualmente a verdade diminui. Quando você entra num mundo multipolar, um mundo no qual nós já entramos, a gente muda o panorama da nossa investigação. Estou apostando contra a banca do sistema acadêmico norte-americano porque eu sei que ele vai ter que abrir espaços para a diversidade já que vive num mundo realista. Nos anos 1980 e 1990, os EUA viraram potência unipolar, impondo tudo a todo mundo. Agora quem é a potência que investe no resto do mundo? A China. Virou um outro sistema, que está patrocinando, está disputando espaço e que abre para a gente e outros países a possibilidade de interagir de uma maneira não mais subordinada. Onde é que isso entra na discussão das *fake news*? *Fake news* é um discurso de segurança. O que quero dizer: quando você tem segurança, você não está nem aí para *fake news*. Sempre existiram *fake news*, mas a chamada *news* era poderosa o bastante que não precisava se preocupar com o resto, que era boato.

### Reciis: Que relação você faz entre as *fake news* e a democracia?

**Afonso de Albuquerque:** O conceito de democracia muda em diferentes momentos. No contexto neoliberal, o conceito é definido cada vez mais em relação às instituições e cada vez menos em relação ao povo. Assistimos a isso na América Latina agora. De acordo com o discurso neoliberal, presidentes populares são tiranos em potencial. Eles são considerados como irresponsáveis, não são antenados com as instituições em termos de governabilidade global. Outro ponto é que aqueles que deveriam produzir informação confiável não o fazem. Criou-se uma situação de caos generalizado, de tal forma que, seguramente, esses agentes encontram um campo fértil para atuar. Você tem duas maneiras metafóricas de considerar a questão. Uma é uma doença externa e a outra é uma reação alérgica que deteriora o próprio organismo. Essa segunda é aquela que a literatura internacional e a brasileira ignora, mas é a mais importante. Nós temos uma crise do sistema. Há um processo de quebra das autoridades das instituições. Dentro desse processo de quebra, adotam-se cada vez mais comportamentos estritamente autoritários.

Muito do discurso das *fake news* mira na extrema direita para acertar a esquerda. Por exemplo, sou coautor de um artigo com Eleonora Magalhães e Marcelo Alves que é sobre a blogosfera progressista<sup>23</sup>. Numa das partes, nós argumentamos que o maior desafio que a blogosfera progressista enfrenta hoje é o fato de que a máquina das *fake news* se organiza para atingir ela mesma, usando o exemplo do caso do terço do papa. O exemplo diz que o papa teria dado um terço para Lula. Sobre isso, uma agência de *fact checking* diz: *fake news*. Logo, o Facebook pune a organização que divulgou a informação e, em seguida, várias dessas organizações são eventualmente punidas devido a essa *fake news*. A rigor, o que é que as *fake news* viraram? *Fake news* são uma espécie de ISO 9000 da verdade. Tem uma agência que certifica, e há um processo aí que é um processo efetivamente autoritário. Ele é autoritário no método. Ele é autoritário na sua missão.

Penso que nós estamos vivendo um momento de crise do sistema que se consolidou nas décadas de 1980 e 1990 com o modelo da globalização, estruturado a partir da relação entre o governo norte-americano e as instituições financeiras internacionais. A universidade foi organizada com esta lógica. O Banco Mundial, a partir de determinado momento, passou a ser conhecido como o banco de conhecimento, exportador de soluções. Ele patrocinou um livro sobre a importância do papel da imprensa para a governabilidade, por exemplo. Isso começa no Banco Mundial e termina na pesquisa acadêmica por meio de um mecanismo de naturalização da lógica da ciência.

Eu diria que o sistema nunca funcionou tão bem. O sistema de produção de verdade está no ápice, mas a sua base está corroída. A gente tem essa tensão entre o sistema de produção de verdade, que é capaz de

funcionar muito bem, e aquilo que emana energia para esse sistema, que atualmente se quebrou. É isso que produz a lógica das *fake news*: o discurso reativo. A maior parte das conversas que tenho sobre *fake news* são tensas porque as pessoas querem que eu fale que *fake news* são *fake news*. Entretanto, eu penso que, hoje, mais do que isso, nós estamos vivendo um momento em que devemos afirmar o lugar da universidade como lugar de vanguarda da sociedade. E o papel da universidade hoje é reagir a um processo de imposição da verdade única.

O meu compromisso como pesquisador é o de pensar formas de inserção da universidade, de produção de verdade, de quadros, que não sejam mera reprodução da produção científica estrangeira. Penso que essa discussão pode interessar a outros agentes empenhados em ampliar a diversidade dentro da universidade e acho que os latino-americanos têm um papel muito importante a desempenhar nesse processo, por uma razão: chineses têm uma identidade específica, uma língua própria, assim como os russos, por exemplo, mas os latino-americanos se definem fundamentalmente por sua lacuna identitária. Vivemos muitas vezes como europeus que vivem fora da Europa. É a forma como nós nos vemos. O próprio nome latino é grotesco. Somos latinos porque nós não somos norte-americanos. Somos a América, mas nós não somos americanos. Somos europeus, mas não estamos na Europa. Temos a experiência da identidade periférica, de uma não identidade produzida pela condição periférica. Então, hoje, globalmente nós temos esse lugar. E, quanto pior fica a situação da pesquisa, mais eu me animo porque mais eu penso que o meu trabalho tem uma relevância. Óbvio que eu queria ter relevância e condição de trabalho, mas fazer isso, nas condições que nós temos, nos obriga a fugir de uma alienação. As pessoas precisam pensar: “*eu tenho que pesquisar o meu mundo!*”

Para fechar, de fato, há uma lógica que demonstra que a grande imprensa fracassou. “*Leonardo DiCaprio tacou fogo na Amazônia*”. Não existe mais uma instância poderosa para coibir esse tipo de discurso. Posso dizer qualquer coisa. “*A UFF virou um espaço de plantação de maconha*”. “*O laboratório de química serve para produzir metafetamina*”. Qual é o efeito disso? Está sendo produzido um ataque às instituições. Esse tipo de discurso louco não se reproduz. Nós temos uma agenda da destruição. Isso que estamos vivendo nos mostra a necessidade de sermos ativos como autores que produzem alternativas positivas para a sociedade.

## Referências

1. Albuquerque A. Política e televisão: o horário gratuito de propaganda eleitoral [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1991.
2. Albuquerque A. A batalha pela presidência: o horário gratuito de propaganda eleitoral na campanha de 1989 [tese]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1996.
3. Hallin DC, Mancini P. “Speaking of the President: Political Structure and Representational Form in U.S. and Italian television news”. *Theor Soc.* 1984;13:829-50.
4. Albuquerque A, Oliveira TM, Santos Jr MA, Albuquerque SOF. Structural limits to the dewesternization of the communication field: the editorial board in Clarivate’s JCR system. *Commun Cult Critique* (no prelo).
5. Albuquerque A, Lycarião D. Winds of Change? BRICS as a Perspective in International Media Research. *Int J Commun-US.* 2018;12:2873-92.
6. Albuquerque A. Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil. *Contracampo.* 2000;4:23-57. doi:10.22409/contracampo.v0i04.414
7. Albuquerque A. A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas. *E-Compós.* 2004;1:1-14. doi: 10.30962/ec.17.
8. Albuquerque A. Journalism and multiple modernities: the Folha de S.Paulo reform in Brazil. *Journalism Stud.* 2018;20(11):1-17. doi:10.1080/1461670X.2018.1528881.
9. Eisenstadt SN. Multiple modernities. *Daedalus.* 2000;129(1):1-29.

10. Silva CEL. O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus Editorial; 1991.
11. Albuquerque A, Silva MAR. Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. E-Compós. 2007;9:1-30. doi: 10.30962/ec.172.
12. Lachini C. Anabase: História da Gazeta Mercantil. São Paulo: Companhia da Editora Nacional; 2000.
13. Adghirni ZL. A informação jornalística mediada pelas instituições de comunicação. Ícone. 2004;3:140-52.
14. Albuquerque A. On models and margins: comparative media models viewed from a Brazilian perspective. In: Hallin DC, Mancini P, organizadores. Comparing media systems beyond western world. Cambridge: Cambridge University Press; 2011. p. 72-95.
15. Hallin DC, Mancini P. Comparing media systems: three models of media and politics. Cambridge, New York: Cambridge University Press; 2004.
16. Albuquerque A. Media/politics connections: beyond political parallelism. Media Cult Soc. 2013;35(6):742-58.
17. Political Parallelism [Internet]. Oxford Research Encyclopedia of Communication. 2018 [citado em 2020 mar 03]. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-860>.
18. Allcott H, Gentzkow M. Social media and fake news in the 2016 election. J Econ Perspect. 2017;31(2):211-36. doi: 10.1257/jep.31.2.211
19. Lippmann W. Opinião pública. Petrópolis: Vozes; 2010.
20. Jamieson KH. Dirty politics: deception, distraction and democracy. Oxford; Oxford University Press USA; 1992.
21. Boyd-Barrett O. Fake news and 'RussiaGate' discourses: propaganda in the post-truth era. Journalism. 2019;20(1):87-91.
22. Albuquerque A, Quinan R. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anticência do canal "Professor Terra Plana". Mídia Cotidiano. 2019;13(3):83-104.
23. Carvalho EM, Albuquerque A, Santos Jr MA. Brazilian Blogosfera Progressista: digital vanguards in dark times. TripleC. 2020;18(1):219-35.